

Reflexões da UMP a propósito do

Quadro Estrategico Europeu

2014/2020 e a Coesão Social

- só faz fé versão efetivamente lida -

Senhor Primeiro Ministro:

Senhor Ministro:

Senhora Presidente do ISS:

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer em nome da UMP, a oportunidade que representa para nós, participar nesta reflexão sobre o novo Quadro Estratégico Europeu 2014/2020.

Reflexão que poderá ter pelo menos duas consequências imediatas. Por um lado, proceder a uma breve avaliação do desempenho do actual QREN e nesse quadro, poder ainda intervir neste final de execução, se for caso disso. Registo que a 30 de Setembro de 2012 a execução financeira, da política de coesão, de acordo com os números disponíveis, era de 51% e que o FSE alcançava apenas 61%; e por outro lado, olhar para o futuro imediato, isto é, para o novo Quadro 2014/2020 e, a partir da experiência recolhida, poder potenciar ao máximo esse novo Quadro. De facto como escreveu Duarte Pacheco Pereira no Esmeraldo de Situ Orbis " a experiência é madre de todas as coisas e por ela soubemos radicalmente a verdade"

Proponho-me então começar por uma breve análise do QREN, no domínio da coesão social, quer em sede de Políticas Preventivas, quer em sede de

Políticas Reparadoras. Recordo que a política de coesão no seu conjunto (FSE, FC, FEDER) deve corresponder a cerca de 21 mil e 500 M€ dos quais 6,2 mil M€ de FSE

E desde já, saliento que as Instituições que represento têm participado em ambas as áreas, nomeadamente quanto às Políticas Preventivas directamente na formação e apoio social e indirectamente na promoção da empregabilidade, no apoio à transição entre sistema nacional de qualificação e o mercado de trabalho e no estímulo à criação de emprego e quanto às Políticas Reparadoras, directamente no apoio à Deficiência e Indirectamente no apoio às Medidas Ativas de Emprego para públicos mais vulneráveis.

Na verdade, a nossa avaliação permite-nos afirmar que a UMP e as Misericórdias, pela sua proximidade às populações e pelo excepcional conhecimento da realidade no terreno, têm conseguido atingir taxas de sucesso nas intervenções que promovem, como poucas entidades conseguem.

Indo um pouco mais ao detalhe diria, que as Misericórdias assumiram neste contexto um importante papel em dinamizar projetos de Qualificação e de Serviços de apoio à população. Para fazerem uma ideia, em termos de números relativos à qualificação, só a UMP entre 2007 e 2013, vai seguramente atingir um número superior a 32.000 Formandos e 2.000 Formadores, devendo ainda acrescentar a estes números toda a formação desenvolvida directamente pelas Misericórdias que não recorrem à UMP (sensivelmente mais 20%).

Acrescem igualmente todos os esforços que as Misericórdias têm feito na construção e gestão de equipamentos sociais e de saúde.

Assim se me permitem uma primeira reflexão para o QEE 2014/2020, é que é importante aprofundar em sede de orientação estratégica esta realidade. Como tenho dito vezes sem conta, as Misericórdias com

a coordenação da UMP podem fazer mais, melhor e com menos custos, isto é, “fazer mais com menos”

O balanço aconselha pois, a uma reorientação de estratégias que promovam a coesão das medidas e assegurem a eficiência dos processos. Neste plano, gostaria de deixar claro que as Misericórdias se disponibilizam desde já para apresentarem até 31 de Dezembro de 2013, projectos que cumpram os objectivos 2014/2020 e que em simultâneo executem os actuais fundos comunitários

A simplificação de alguns processos e a desburocratização de procedimentos é fundamental para a obtenção de resultados mais eficientes e proveitosos para todos. Acresce que, em alguns casos, foi evidente a falta de planeamento, que permitiu por exemplo, que fossem aprovadas candidaturas para a construção de creches em locais onde não existem, nem é previsível que existam a curto prazo, crianças.

Ainda em sede de planeamento, preferiu-se quase sempre, a construção de raiz com regras absurdas para a realidade portuguesa e mesmo europeia (em alguns casos as regras portuguesas, são verdadeiros cúmulo de regras de vários países!) à recuperação de edifícios com regras que assegurem a dignidade das respostas sem implicarem custos desnecessários e exagerados.

Finalmente o modelo adoptado para aceitar candidaturas implicou em alguns casos uma "concorrência" entre Instituições que se conduziram a autênticas duplicações no território. Parece por vezes ter-se privilegiado o investimento (leia-se construção civil) em detrimento da exploração (leia-se, a bondade da resposta social)

Mas como mais do que olhar para o passado importa percorrer os caminhos do futuro, as Instituições e nomeadamente as Misericórdias estão disponíveis para:

- Reforçar a atuação na promoção e acompanhamento das Medidas Ativas de Emprego.
- Acompanhar os processos relacionados com o apoio aos desempregados.
- Possibilitar estágios aos mais jovens numa perspectiva de transição para a vida ativa.
- Acolher, monitorizar e gerir os projetos locais de apoio ao emprego (Mercado Social de emprego, por ex.).
- Equacionar a reestruturação de equipamentos por forma a rentabilizar recursos e meios.
- Participar na definição da estratégia nacional para todo o QEE 2014/2020 e assumir-se como Parceiro preferencial também no novo Fundo de Auxílio Europeu às pessoas mais Carenciadas, e acompanhar de perto fundos e programas como o Progress, o Daphne e o Fundo Europeu de ajustamento á globalização (se estes fundos continuarem como se prevê, ainda que com estas ou outras designações)

No âmbito das políticas reparadoras e/ou de ativação, as Misericórdias e a União das Misericórdias estão receptivas a:

- Reforçar a intervenção local e regional no combate a fenómenos de pobreza. (A este propósito face à actual situação social importa rever em alta o objectivo nacional de retirar 200.000 pessoas da pobreza)
- A estabelecer parcerias coerentes e duradoiras que conduzam à obtenção de eficácias e eficiência.
- Dar contributos para a melhoria das metodologias e simplificação de procedimentos.

- Lançar iniciativas e projectos inovadores em matéria de inclusão social, privilegiando novas respostas em sede de combate á pobreza, de promoção do envelhecimento activo, de articulação entre a saúde e as respostas sociais (nomeadamente no caso das dependências dos idosos, das demências e da deficiência) e de protecção das crianças em risco.
- Aprofundar os meios de diagnóstico com vista a conhecer melhor a realidade e por isso a adequar convenientemente a resposta. A este respeito é importante reforçar também a avaliação da utilização dos recursos.

No que à realidade das Misericórdias e da UMP diz respeito, em síntese, importa ter em conta numa perspetiva de enquadramento do próximo quadro Estratégico Europeu 2014- 2020, o seguinte:

- a- Reconhecer e valorizar a rede de instituições presentes em todo o País, que permite, de forma eficaz e realista, desenvolver os diferentes projectos.
- b- Assumir a coragem para eliminar estruturas e equipamentos que mais não servem do que para aumentar os custos de gestão, sem qualquer proveito para a comunidade.
- c- Dirigir o QEE 2014/2020 para as pessoas mais do que para os investimentos físicos;
- d- Garantir o planeamento rigoroso que evite a competição entre instituições e promova a cooperação que se aconselha. A este propósito considero definitivo, a elaboração, com a colaboração das Uniões representativas do sector, de uma carta social da qual resultasse, que equipamentos são necessários e que podem ser também financiados pelo FEDER (há claramente locais e respostas com excesso de cobertura e outros com defice). Assumir assim

como prioridade máxima, um verdadeiro diagnóstico das necessidades, das ofertas, das possibilidades de reconversão e sobretudo da cooperação possível entre os vários atores.

- e- Apoiar as instituições na reafecção de imóveis a outras funções que se revelem necessárias mesmo que não as inicialmente previstas e que entretanto se tenham tornado obsoletas.
- f- Agilizar procedimentos, anulando burocracias desnecessárias que só geram desperdício.
- g- Garantir uma regulação eficaz e uma permanente monitorização e avaliação dos projectos.
- h- Confiar às Instituições uma maior capacidade de liderar projetos e uma autonomia de decisão face a projectos coerentes
- i- Confiar mais aos promotores a gestão financeira dos projetos, assegurando, isso sim, a obrigatória avaliação de resultados e de índices de execução física e financeira.

Senhor Ministro:

Antes que me seja dirigido o aviso para terminar gostava de deixar duas notas finais que decorrem da estratégia Europa 2020.

A União Europeia tem de fazer face a múltiplos desafios políticos. Alguns deles são comuns a todo o planeta, como a globalização, escassez de recursos naturais e alterações climáticas. Há ainda outros que na UE têm maiores repercussões: envelhecimento da população, gestão das migrações e aprovisionamento energético. Pretende-se fazer face a estes desafios tendo em vista a melhoria da competitividade global da União

Europeia, redução das desigualdades e das disparidades regionais, promoção do emprego e da inclusão social.

No momento em que em Portugal se discutem as funções sociais do Estado não só, esta orientação da estratégia Europa 2020 tem que estar presente, e logo condicionar a discussão, mas também, face á escassez de recursos, confiar nas Instituições da Sociedade Civil e dentro destas, naturalmente, nas que têm competências, recursos e capacidade de potenciar a utilização dos Fundos de Coesão.

Por isso proponho ao Governo, que mais do que continuar no modelo de candidaturas abertas, que sob o manto da resposta local e imediata acabam por se perder, visto que no fim, muitas vezes, delas pouco resta, se privilegie, quem for capaz de apresentar Pacotes de Investimento Social pelos quais se responsabilize e pelos quais possam ser avaliados.

Igualmente proponho ao Governo, que confie no sector social e nas Instituições de Economia Social produzindo regulamentos, simples mas exigentes, flexíveis mas responsáveis, rigorosos mas adequados, que afinal serão a única forma de cumprir as três prioridades do QEE: crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo.

Termino como Pascal : “Peço desculpa de ter sido tão longo, mas não tive tempo de ser mais breve”.